Trabalho apresentado no 26º CBCENF

Título: FRAGILIDADE DA REDE DE ATENÇÃO: PERCEPÇÃO DE MULHERES EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL

Relatoria: Matheus Mendes Reis

Autores: IRIS RIBEIRO CRUZ
NAILA CAROLAINE SOUZA SILVA
JACIENE OLIVEIRA SOUZA SILVA
ARMANDO SOUZA OLIVEIRA FILHO
MILCA RAMAIANE DA SILVA CARVALHO

Modalidade: Comunicação coordenada

Área: Eixo 2: Ética, política e o poder econômico do cuidado

Tipo: Pesquisa

Resumo:

Introdução: A violência conjugal é um fenômeno de elevada magnitude que se expressa de diversas maneiras, incluindo abusos psicológicos, físicos e patrimoniais. Frente a gravidade do fenômeno, a nível nacional, uma rede composta por equipamentos do âmbito da saúde, assistência social, jurídica e policial atua a fim de colaborar para o enfrentamento do agravo. Entretanto, a literatura aponta que nessa rede existem fragilidades que demandam por uma reestruturação. Objetivo: Desvelar as percepções de mulheres em Medida Protetiva de Urgência (MPU) sobre os elementos da rede que as dificultam romper a vivência de violência conjugal. Método: Estudo qualitativo, realizado com 14 mulheres maiores de 18 anos, com história de violência conjugal e assistidas pela Ronda Maria da Penha e/ou pelo Centro de Referência da Mulher Mãe Sulinha do município de Senhor do Bonfim, Bahia, Brasil. Os dados foram coletados no período de março a junho de 2023, por meio de entrevistas individuais e dois grupos focais e o material empírico foi analisado à luz da Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin. Em atendimento as questões éticas, o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, sob parecer n. 5.987.370. Resultados: As 14 participantes tinham idade de 27 a 55 anos e média de 40 anos. A maioria se autodeclarou negra, evangélica, com ensino médio completo, com filhos, residir em casa própria, ter enquanto renda principal o trabalho informal e renda mensal inferior a um salário-mínimo. As narrativas retratam que a desqualificada atenção recebida nos serviços de saúde e policial não especializado representou entrave inicial no processo de enfrentamento da violência. Ademais, reconhecem permanecer na vivência da violência psicológica e patrimonial a partir do ex cônjuge devido a lentidão jurídica para a garantia da pensão para a mulher e filhos e a ausência de ações gestoras que promovam a sua independência financeira. Por fim, somam a este contexto, a percepção que não são efetivas as ações educativas direcionadas aos homens a fim de ressignificarem o comportamento masculino no relacionamento afetivo. Conclusão: O estudo aponta para elementos da rede de atenção que demandam por intervenção/reestruturação a fim de colaborar de forma efetiva no processo de enfrentamento da violência conjugal.